HISTÓRIA

QUESTÃO 1

Analise comparativamente as políticas do Segundo Reinado em relação à navegação internacional dos rios Amazonas, Paraná e Paraguai, explicando suas motivações.

Extensão máxima do texto: 90 linhas

[valor: 30 pontos]

Ernesto Batista Mané Júnior (29/30)

As políticas em relação à navegação internacional nesses dois sistemas hidrográficos estratégicos constituíram-se uma preocupação central para os formuladores de política externa brasileira durante o Segundo Reinado. De início, em termos geográficos, as duas bacias, do Prata e do Amazonas, delineiam o contorno atlântico do Brasil e servem de elemento de conexão para o interior, fechando a "ilha Brasil". Desse modo, o controle do regime de navegação das águas dessas duas bacias está relacionado à própria integridade territorial do Brasil. Considerando que, em relação aos rios Paraná e Paraguai, o Brasil não dominava sua foz, era necessário garantir a livre navegação nesses rios, para garantir acesso ao Mato Grosso. Em relação ao Amazonas, o Brasil realizou uma cuidadosa política de abertura, de modo a conter a cobiça internacional.

É necessário, de início, tecer alguns comentários acerca do Período Regencial, já que deixou alguns passivos que a política externa brasileira teria de resolver nas décadas posteriores. Cervo afirma que, em relação ao Prata, a política externa brasileira foi marcada pelo imobilismo. Isso decorre, basicamente, de questões de ordem interna e de ordem externa. Internamente, os tomadores de decisão brasileiros estavam envidando esforços para manter a integridade territorial diante das revoltas provinciais. No plano externo, o fim do Conselho de Estado havia deixado a política externa brasileira acéfala, já que seus principais formuladores foram alijados de suas atribuições básicas. O parlamento passaria a ter papel importante na formulação da política externa, em que pese seu caráter predominantemente reativo, ao questionar os "tratados desiguais".

Pode-se afirmar que, em grande medida, o fortalecimento de Rosas, durante as décadas de 1830 e 1840, ameaçou o projeto político brasileiro na bacia platina. Caso Rosas viesse a anexar o Paraguai e o Uruguai, tornar-se-ia impraticável a livre navegação nas águas daquele sistema hidrográfico; portanto a política externa brasileira no início do Segundo Reinado, no que

concerne ao Prata, terá, como foco, a contenção de Rosas. O Império Brasileiro contará com quadros do calibre de Paulino José Soares de Sousa para empreender uma política assertiva no Prata, cujo ápice será o sistema de alianças desenhado pelo futuro Visconde do Uruguai para derrubar Rosas e Oribe, substituindo-os, respectivamente, por Urquiza e por Rivera, representantes de grupos políticos mais amigáveis ao Império.

Ainda como consequência do quadro sistêmico durante o Período Regencial, deve-se mencionar o oportunismo das potências como Inglaterra e França durante esse período delicado de formação do Estado brasileiro. A França, ignorando o acordado no 1º Tratado de Utrecht, fez movimentações na região da foz do rio Oiapoque, no Cabo Norte, no momento em que a Cabanagem estava ocorrendo. Naquele momento, o máximo que o Império consegue obter é um modus vivendi e, somente na República, essa questão será resolvida em definitivo. Considerações semelhantes podem ser feitas com relação à Inglaterra, dessa vez em relação ao Pirara. Durante todo o Segundo Reinado a questão será colocada em suspenso. Esses dois casos, tomando em conjunto, ameaçavam a hegemonia do controle da foz do Rio Amazonas, por óbvio.

Entre a década de 1830 e 1860, os Estados Unidos da América empreenderam uma polícia expansionista extremamente agressiva, sob os desígnios do "destino manifesto". Após ter garantido a condição de país bioceânico, os americanos ambicionavam seguir expandindo em direção ao sul, região tropical, que seria muito útil ao sistema de "plantation" implantado no sul dos Estados Unidos, no qual se aventava a ideia de enviar colonos, sobretudo negros, para a região amazônica. Ora, esse padrão de ocupação já havia sido realizado na região do Texas que, posteriormente, torna-se independente e é anexada pelos Estados Unidos. Cientes desse perigo, os formuladores de política externa brasileira tiveram de agir com habilidade.

Se, por um lado, o Brasil defendia, na Bacia do Prata, o direito à livre navegação, por outro, no Amazonas, o Brasil controlava a navegação para terceiros países com mão de ferro. Geograficamente, havia uma grande diferença, uma vez que o Brasil não controlava a foz do primeiro e controlava a do segundo. Esse foi, aliás, um dos argumentos utilizados pelas potências imperiais e pelos Estados Unidos para forçar a livre navegação no Amazonas – como o Brasil negava o direito de navegação em um sistema cuja navegação superior ele controlava, e reivindicava, ao mesmo tempo, ter direito à navegação em um sistema de navegação cujo controle não estava em suas mãos? Essa indagação está no centro da política em relação à navegação internacional nos rios em tela, e estratégias diferentes serão utilizadas pelo Império brasileiro, para garantir seus objetivos.

Em termos genéricos, o direito à livre navegação no sistema hidrográfico do Amazonas será utilizado pelo Império Brasileiro como instrumento de barganha para a conclusão da delimitação das fronteiras brasileiras com seus vizinhos. Somente após a garantia de estabilização fronteiriça sob um quadro jurídico favorável ao Brasil – o uti possidetis - , o Império brasileiro irá abrir, na década de 1860, a navegação do Amazonas para terceiros países. Mais uma vez, em termos sistêmicos, a ameaça dos Estados Unidos torna-se menor, já que o país está ocupado com sua guerra civil fraticida. Finalmente, diplomatas como Duarte da Ponte Ribeiro e Miguel Maria Lisboa foram fundamentais para, a um só tempo, garantir o fechamento de tratados de limites com os países andinos e impedir a formação de uma liga antibrasileira de âmbito regional. Exemplo maior desse tipo de política foi o Tratado de Ayacucho, de 1867, com a Bolívia.

De volta ao Prata, deve-se tecer mais alguns comentários. Após a queda de Rosas e de Oribe, o Brasil terá um período de relativa estabilidade na região do Prata, até meados da década de 1860. É digno de nota, por exemplo, o tratado assinado entre o Império brasileiro e o Uruguai, garantindo que o Brasil pudesse navegar livremente na região. Outro ponto de destaque é a "diplomacia dos patacões", da qual Irineu Evangelista de Souza irá participar ativamente. Finalmente, no contexto do conflito que levou à Guerra do Paraguai, o Brasil irá, por meio da força, garantir sua integridade territorial na região do rio Paraguai, de modo a preservar seus interesses de navegabilidade naquele rio.

Em síntese, o Império brasileiro no Segundo Reinado empreendeu estratégias diferentes, no que concerne às políticas de navegação internacional nos rios que formam a Bacia Platina e a Bacia Amazônica, cujos principais rios são os Paraná e Paraguai, no primeiro caso, e o rio Amazonas, no segundo. A natureza das ameaças enfrentadas pelo Brasil eram essencialmente diferentes – na região Norte, o país deparava-se com a cobiça de potências imperiais e o expansionismo americano; ao Sul, o Brasil preocupou-se peremptoriamente em conter o expansionismo de Rosas e garantir seu direito à livre navegação em uma bacia hidrográfica cuja foz não estava sob seu controle. Desse modo, a diplomacia, a hegemonia geográfica e a força física serviram de instrumentos para esses objetivos.

Leonardo Cardote (29/30)

As políticas do Segundo Reinado em relação à navegação internacional dos rios Amazonas, Paraná e Paraguai foram motivadas por interesses geopolíticos estratégicos fundamentais. Em conjunto, esses rios conformam as fronteiras da "Ilha Brasil"; questões envolvendo tais cursos fluviais envolviam, portanto, aspectos da defesa da integridade territorial e da manutenção de acesso a partes remotas do país. As políticas adotadas para proteção dos interesses brasileiros nessas regiões adequavam-se ao tipo de desafio enfrentado pelo Império. No Norte, a cobiça de atores políticos poderosos em relação ao Amazonas condicionou ensaios de articulação com os países vizinhos e medidas de manutenção da soberania territorial. Nas bacias do Paraná e do Paraguai, as políticas adotadas inseriam-se no contexto do xadrez geopolítico do subsistema platino de poder. Nesse caso, circunstâncias geopolíticas específicas e "forças profundas" (Renouvin) condicionaram a política imperial.

O domínio brasileiro sobre o Amazonas fora consolidado pela política implementada por Alexandre de Gusmão. O tratado de Madri asseguro direitos territoriais sobre o avanço lusitano na bacia amazônica. A manutenção da soberania brasileira sobre tal território foi a principal motivação da política do Império para essa região. De fato, o legado lusitano na região amazônica incluía diversos fortes que serviam como entreposto avançado para proteção contra invasões. No conturbado período regencial, a escassez de recursos militares despertou a cobiça imperialista de Grã-Bretanha e França, potências detentoras de colônias lindeiras ao Norte brasileiro. Os avanços perpetrados por França e Inglaterra no século XIX tinham o mesmo objetivo político: alcançar os rios que davam acesso ao Amazonas (nos casos concretos, o rio Oiapoque e o rio Pirara).

A geopolítica do Império teve de lidar, portanto, com a cobiça aos afluentes do Amazonas por parte de potências europeias. Além disso, iniciativas de norte-americanos, em meados do século XIX, também serviram para despertar atenções para a região. Nos Estados Unidos, vigorava o expansionismo da doutrina Polk, a qual possivelmente não se oporia a um ensaio de secessão promovido por norte-americanos no Amazonas (essas iniciativas seriam suspensas com a Guerra de Secessão).

Nesse sentido, a política imperial para o Amazonas atuou em duas frentes: por um lado, neutralizou as áreas litigiosas na margem esquerda, submetendo as questões com França e Inglaterra a um posterior julgamento arbitral; por outro lado, articulou-se com países lindeiros sul-americanos, de forma a definir os limites com estes, e buscou consolidar a soberania brasileira na região. A definição de limites, aliás, também atendia aos interesses do Brasil, que esgrimia o princípio do uti possidetis e, em troca, oferecia vantagens

comerciais e o acesso à navegação do Amazonas. A década de 1850 testemunhou acordos com Peru, Colômbia e Venezuela; a de 1860, acordo com a Colômbia e, em 1867, a "abertura soberana e livre" (Amado Cervo) do Amazonas à livre navegação. Vale ressaltar o trabalho monumental de Duarte da Ponte Ribeiro, diplomata que articulou as bases negociais para tratados na região. Vale ainda ressaltar iniciativas de navegação a vapor no Amazonas, implementadas pelo Barão de Mauá.

O Paraná e o Paraguai viram-se objetos de política imperial que considerava os interesses brasileiros no complexo xadrez do Prata. As duas bacias receberiam iniciativas que buscavam esses interesses. Esses interesses tiveram articulação iniciada ainda pelo Marquês de Pombal, que rejeitou as opções platinas do Tratado de Madri; não obstante, a política brasileira para a região somente foi implementada de forma efetiva a partir do Gabinete Saquarema (Ilmar Rohloff de Matos), sob a chancelaria do Visconde de Uruguai. Essa política envolvia: manutenção do acesso fluvial ao Mato Grosso; contenção dos ensaios expansionistas por parte da confederação argentina e negociação de tratados lindeiros com base no uti possidetis.

Havia interesse precípuo do Brasil na manutenção do Paraná como rio internacional; essa condição garantiria a liberdade de navegação do rio, importante tanto como via de acesso ao território brasileiro como enquanto rota comercial para o sul do Brasil. Implicava, portanto, garantir as independências Paraguaia e Uruguaia e conter o expansionismo de Buenos Aires. Nesse sentido, o Império promoveu intervenções no Uruguai em 1851 e na Confederação Argentina em 1852 (Guerra contra Oribe e Rosas). Ato contínuo, o gabinete conservador, no poder no Império, celebrou tratados de limites, comércio e navegação com o Uruguai; e de comércio e navegação com a confederação Argentina do Paraná, liderada pelo caudilho Justo José Urquiza. Nos dois países, o Brasil apoiou financeiramente grupos políticos próximos ao Império. Conseguiu-se, assim, manter livre o acesso do rio Paraná.

No rio Paraguai, os objetivos eram semelhantes, mas o ator político com o qual o Brasil negociava tornou a questão em torno do acesso ao rio mais dificultosa. O rio Paraguai era importante ao Brasil como via de acesso ao Mato Grosso e como canal de escoamento da produção dos ervatais na região. Em 1857, o Visconde do Rio Branco empreendeu missão diplomática a Assunção para negociar tanto questões de limites quanto o acesso fluvial do Brasil à região. O Visconde negociva em posição de força – já passara por Montevidéu e Buenos Aires e galvanizara o apoio desses governos às pretensões brasileiras. As negociações com Carlos Lopez lograram garantir o acesso fluvial brasileiro; as questões lindeiras seriam posteriormente resolvidas. No entanto, a ascensão de Solano López implicou adoção de política agressiva por parte do país guarani. A nova intervenção brasileira no Uruguai, na década de 1860, deflagrou a agressão paraguaia e o início da guerra.

O fim da Guerra do Paraguai permitiu ao Império assegurar seus interesses nos rios da região (embora isso exigisse paz em separado com o Paraguai e novas gestões para conter o expansionismo argentino). A rivalidade Brasil-Argentina, “força profunda” (Pierre Renouvin) que permeava as ações do Império na ergião, continuou a orientar as relações entre os dois países e sustentou políticas brasileiras no intuito de manter o caráter internacional dos rios Paraná e Paraguai.

As políticas do Segundo Reinado em relação aos rios Amazonas, Paraná e Paraguai foram tributárias dos interesses nacionais específicos para cada região. Esses interesses tiveram seu curso de ação definidos pelos desafios enfrentados e pelas posturas dos atores relevantes em cada parte da fronteira ocidental da “ilha Brasil”. No Norte, ameaças à soberania brasileira ensejaram articulações com vizinhos, a abertura do Amazonas à livre navegação e o início da navegação a vapor nesse rio. Nas bacias do Paraná e do Paraguai, o xadrez geopolítico platino conformou interesses e ações brasileiras, as quais tinham por objetivo precípuo a manutenção da navegação livre nesses cursos fluviais.

Flora Cardoso de Almeida Mendes Pereira (28/30)

É na década de 1840 que o Império brasileiro se consolida. Essa consolidação permitiu o exercício de uma política mais autônoma, que atendesse aos interesses nacionais, inclusive no que se refere à navegação internacional dos rios Amazonas, Paraná e Paraguai. Se, por um lado, o Império era reticente à abertura do Rio Amazonas à navegação internacional, por outro, esse princípio era amplamente defendido na questão dos rios platinos. Por fim, o princípio da livre navegação acabou por predominar em ambos os casos, em parte por motivações que interligaram as duas questões.

A ascensão de D. Pedro II ao comando do Império, com a antecipação da maioridade, permitiu a centralização do poder estatal e, assim, a consolidação do “projeto saquarema”, segundo Ilmar Mattos. O Império pôde se sustentar sobre os cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, aliados à burocracia da capital. Foram, assim, pacificados os conflitos internos, e o Império superou a política externa que havia caracterizado o período regencial. A autonomia permitiu, inclusive, a não renovação dos tratados comerciais da época da Independência, possibilitando o estabelecimento da Tarifa Alves Branco. O aumento da renda do Império, muito dependente do imposto de importação, a centralização política, a estabilidade interna e o apoio das oligarquias cafeicultoras permitiram ao Império a busca de seus objetivos nacionais no Prata e no Amazonas.

A questão dos rios platinos tem importância na política brasileira mesmo antes da Independência, o que no caso seria uma política portuguesa na América. À geopolítica lusitana interessava que a América portuguesa tivesse seus limites no Rio da Prata, como comprovam as intervenções joaninas na Cisplatina em 1811 e 1816, a anexação da Cisplatina em 1821 e a guerra contra a Argentina para mantê-la sob poder brasileiro, que acabou, em 1828, após mediação inglesa e acordo determinando a independência para o Uruguai. Só então foi superada a lógica portuguesa.

As principais motivações brasileiras na política para os rios Paraná e Paraguai, partes da Bacia Platina, relacionam-se à necessidade de livre navegação nesses rios. Eles dão acesso mais fácil às províncias interiores do Brasil, sobretudo o Mato Grosso. Para manter a livre navegação nesses rios, a questão de manter o caráter internacional deles é essencial, por isso também a política de evitar o surgimento de um Estado platino forte, que reunificasse o Vice-Reino do Prata. Para que isso não ocorresse, o Império brasileiro realizou intervenções e alianças na região. Em 1844, o Império reconheceu a Independência do Paraguai, evitando que ele fosse para a órbita argentina. Buscava, também, garantir a independência do Uruguai, de preferência com governos próximos ao Brasil. Intervenções no Uruguai em 1851 e 1864 foram realizadas com esse intento.

Cabe ressaltar que a livre navegação nos rios platinos era também de interesse de potências europeias, como a Inglaterra e França, que visavam ao livre comércio na região, interesse que também era brasileiro. Essa coincidência de objetivos não gerou, contudo, ação em conjunto. Inglaterra e França tentaram agir sozinhas contra Rosas na década de 1840, em contexto no qual Rosas buscou o Brasil para uma aliança, rejeitada pelo próprio após vencer os europeus. Percebendo a ameaça que Rosas representava à livre navegação, o Brasil aproximou-se de seus inimigos, como Urquiza. A intervenção no Uruguai em 1851 se deu por essa aliança e ensejou a declaração de guerra de Rosas contra o Brasil. Em 1852, o Império, aliado a Urquiza e Uruguai, derruba Rosas do poder. O livre comércio foi, assim, garantido por mais uma década, quando nova correlação de forças no Prata levou a outra intervenção no Uruguai, em 1864. Isso causou a invasão do Mato Grosso pelo Paraguai, levando à formação da Tríplice Aliança, facilitada pela coincidência ideológica entre os liberais no poder na Argentina, desde a ascensão de Mitre ao poder em 1862 e dos progressistas no Brasil, também desde 1862. A Guerra do Paraguai então iniciada influenciará a política brasileira para o Amazonas. O fim da guerra, após a resolução da questão do Chaco, pacificará a região, com a estabilidade garantindo a livre navegação, tão cara ao Brasil.

No que se refere ao Rio Amazonas, os objetivos brasileiros são evitar o imperialismo na região e manter a soberania nacional. Demorou, por isso, a implementação da livre navegação nesse caso, sendo necessário o contexto da Guerra do Paraguai para incentivar o Brasil a abrir a navegação. A Amazônia foi historicamente alvo de ameaças imperialistas, como demonstram o expansionismo francês da Guiana Francesa, buscando ultrapassar o Oiapoque e atingir o Amazonas, o expansionismo britânico, sobretudo na questão do Pirara, e as iniciativas americanas, que, apesar de não abertamente apoiadas pelo governo estadunidense, geravam temores de expansionismo. A anexação do Texas pelos EUA era fonte de temor para o Brasil, pois seria um modelo do que estava ocorrendo na Amazônia. Assim, ao Brasil não interessava a livre navegação do Amazonas. Essa postura foi se modificando com o passar do tempo. Primeiro, o Brasil passou a usar a livre navegação como incentivo para assinar tratados de limites, comércio e navegação com os vizinhos, baseados no uti possidetis. Depois, para evitar simpatias para o Paraguai, no contexto da Guerra do Paraguai, e após cessada a ameaça pelos EUA devido à Guerra de Secessão nesse país, o Brasil abriu o Rio Amazonas à livre navegação internacional, em 1866, por ato unilateral. O princípio da livre navegação prevaleceu, por fim.

A política externa brasileira para os rios Amazonas, Paraná e Paraguai foi fruto de objetivos históricos e foi adaptada aos contextos da época. A consolidação do Estado imperial facilitou a atuação mais autônoma e voltada

aos interesses nacionais. Ainda que em um primeiro momento o mesmo princípio da livre navegação não tenha sido seguido no Prata e no Amazonas, o enleamento das duas questões levou a uma harmonização dos objetivos brasileiros nas questões dos rios, proporcionando o êxito da livre navegação no Prata e no Amazonas.

PIOR NOTA (19/30)

Verifica-se que a postura da política imperial em relação às bacias do Prata e do Amazonas foi, inicialmente, distinta, assumindo ela maior congruência após a década de 1860. De forma paradoxal, a elite imperial defendeu, entre as décadas de 1840 e 1860, a livre navegação na bacia platina e em seus principais rios (Uruguai, Paraná e Paraguai), uma vez que restringi-la significaria ameaçar a soberania nacional em regiões interioranas inacessíveis por terra, e, ao mesmo, mantinha fechado o rio Amazonas para a livre navegação. A partir da década de 1860, o aumento da presença brasileira na bacia setentrional e a negociação de acordos com países lindeiros nessa região amazônica fizeram com que a incongruente política fosse abandonada e se abrisse a livre navegação do Amazonas. Nos anos finais do Império, observa-se a manutenção da abertura dos rios das duas regiões.

Entre as décadas de 1840 e de 1850 era imprescindível manter a livre navegação no rio Paraguai, a fim de garantir o acesso à província do Mato Grosso. Tendo a primeira conexão terrestre com essa região do interior sido criada apenas em 1913, o acesso à região da fronteira com o Chaco se fazia, durante todo o Império, necessariamente pela via fluvial. Provas da importância que a elite imperial dava ao tema são a negociação do acordo de 1856 com o governo de Antônio Lopez, bem como a Missão Paranhos a Assunção, em 1856. No primeiro caso, o acordo além de prever suspensão temporária (6 anos) da disputa lindeira entre os rios Apa e Branco, garantia que o Paraguai não fecharia o rio homônimo aos navios brasileiros. No segundo caso, a Missão do futuro Visconde de Rio Branco visava negociar o cumprimento do acordado em 1856, pois o regime paraguaio vinha restringindo o acesso de embarcações ao rio.

Nesse mesmo período, era de igual importância a garantia de acesso ao rio Paraná. Esse rio configurava-se como principal via de acesso ao interior paulista e a manutenção de sua livre navegação atendia aos interesses econômicos tanto do Império quanto de potências europeias. Depois do conflito entre Juan Manoel Rosas e a aliança anglo-francesa, o qual envolvia a garantia da livre navegação da bacia (tendo os europeus, inclusive, dominado a estratégica ilha de Martín García, para atender a essa finalidade), coube ao Império, especialmente a partir da segunda gestão de Paulino José Soares de Sousa, manter a liberdade de navegação no Paraná e no prata em geral. Para tanto, adotou-se a estratégia de aliança com Urquiza e com os colorados uruguaios para retirar Rosas do poder (1852). Depois disso, a elite imperial preocupou-se em garantir a abertura do rio por meio da negociação com a Confederação Argentina (a navegação internacional era um dos temas da missão de José Maria da Silva Paranhos à cidade de Paraná, antes de seguir

para negociar com Antônio Lopez o cumprimento do acordo de 1856 com o Paraguai).

Já no extremo norte a perspectiva imperial era distinta. Observa-se, na década de 1850, crescente interesse estadunidense e europeu pela livre navegação no rio Amazonas, a qual era constantemente negada pelo governo brasileiro, que entendia que isso ameaçaria a soberania do país em região pouco habitada. De modo a garantir o cumprimento das restrições, decidiu-se pela criação da Província do Amazonas (o que aumentaria a conexão burocrática da região com o Rio de Janeiro), pela concessão de exploração da bacia amazônica ao Barão de Mauá (que cria a Companhia de Comércio do Amazonas) e pela negociação de acordos de limites com ribeirinhos superiores (que lhes garantia, em troca do reconhecimento das fronteiras com base no uti possidetis facto, o acesso ao rio Amazonas). Emblemáticos da busca pela abertura pontual da navegação a países que não ameaçariam a soberania do Império na região são os acordos lindeiros negociados com o Peru e a Venezuela, no contexto da Missão de Duarte da Ponte Ribeiro aos países do pacífico, enviada durante a segunda gestão de Soares de Souza.

Na década de 1860 um dos motivos que levaram a Guerra do Paraguai foi, justamente, o fechamento dos rios platinos, principalmente o Paraguai, por Solano Lopez. O aprisionamento do navio que levava o novo presidente da Província do Mato Grosso por tropas de Lopez é prova disso e serviu de estopim para o conflito. O acordo de aliança entre o Império, a República da Argentina e o Uruguai tinha, entre seus termos, a previsão da destruição da fortaleza de Humaitá e o apoio dos três governos à manutenção da livre navegação no Prata. A vitória na guerra e a hegemonia brasileira na região nos anos seguintes foram essenciais para impossibilitar políticas como a de Rosas na década de 1850 e de Solano Lopez na de 1860.

Já na região setentrional, observa-se a mudança de postura do Império, na década de 1860. O grande perigo de uma política expansionista estadunidense na região havia sido dissipado pela Guerra Civil e pela vitória da União. Ademais, vinha se tornando insustentável o antagonismo de políticas entre as bacias do Prata e do Amazonas, como já sustentavam alguns membros do Conselho de Estado. Por fim, a abertura seria importante para evitar desgastes com países vizinhos e com potências imperialistas no contexto do conflito armado contra Solano Lopez. Diante dessa conjuntura, e ciente de que a medida não colocaria em risco a soberania do Brasil na região, o Império abre o rio Amazonas à navegação comercial em 1866.

Já nas décadas finais do Império, não se observa significativa mudança de postura em relação à navegação internacional no Prata e no Amazonas. A preocupação do governo argentino em ampliar suas exportações de carne para a Europa, no contexto do surgimento de containers refrigerados, desloca suas

atenções para o velho continente e não há obstrução à manutenção da livre navegação no Prata. Os acordos de limites entre Paraguai e Brasil (1872) e Argentina e Paraguai (1876), embora tenham sido complexos, envolvendo a extensão da fronteira argentina no Chaco, não colocaram em risco a livre navegação. No extremo norte, comprovou-se a teoria de que a abertura do Amazonas não significou a ampliação da ameaça à soberania do país, uma vez que os EUA concentravam sua atenção mais expansionista para o extremo oeste da América do Norte e para o Caribe, e a Europa se preocupava com o colonialismo afro-asiático.

Observa-se continuidade na política de livre navegação dos rios Paraguai e Paraná. Era imperativo que intentos expansionistas como o de Rosas sobre Assunção e Montevidéu e de Solano Lopez colocassem em risco a soberania e a influência do Império nas regiões ribeirinhas desses rios, pois seu fechamento seria nocivo à soberania e à economia do Brasil. No extremo Norte, verifica-se modificação da postura do Império quando este percebe que a livre navegação no Rio Amazonas não colocará em risco a soberania do Brasil. Depois de ampliar presença do Estado na região e de negociar bilateralmente com ribeirinhos superiores o acesso ao amazonas em acordos de fronteira, o Império passa a adotar política consoante aquela já adotada no extremo sul: a de livre navegação.

QUESTÃO 2

Alçado ao cargo de ministro das Relações Exteriores em 1902, Rio Branco emergiu do espírito de modernização do Brasil, preparado pela presidência de Campos Sales (1898-1902). Com base nessa informação, discorra sobre os traços da modernização empenhada por Campos Sales e o papel de Rio Branco na Chancelaria.

Extensão máxima do texto: 90 linhas

[valor: 30 pontos]

Gustavo Gerlach da Silva Ziemath (29/30)

Clodoaldo Bueno e Amado Cervo defendem que José Maria da Silva Paranhos Júnior assumiu a chancelaria em contexto econômico favorável, o que lhe garantiu maior margem de manobra na execução de sua política externa. Esses dois autores também argumentam de maneira acertada que a política do Barão de Rio Branco foi norteada pelos seguintes princípios: intransigência da soberania nacional; definição das questões lindeiras; inteligência cordial na política regional sul-americana; recuperação do prestígio internacional do país e defesa dos interesses da elite agrário exportadora, principalmente no referente às exportações de café e imigração.

O Barão de Rio Branco, no correto entendimento de Rubens Ricúpero, assume em um contexto afortunadamente favorável, tanto no aspecto político interno quanto no econômico. Politicamente, o governo Campo Sales, ao estabelecer a política dos governadores, logrou estabilizar o conturbado cenário do início da primeira república. Diante da estabilização interna, Rio Branco conseguiu permanecer afastado de incontingências que contribuíram para a queda dos mais de dez chanceleres que ocuparam o posto entre a proclamação da República e sua ascensão no governo Rodrigues Alves. Além disso, a implementação do funding loan negociado com casas financeiras britânicas em 1898 foi bem sucedida. O regime de austeridade do governo Campo Sales, inclusive com a queima de moeda que inflacionava a economia desde a política do encilhamento de Rui Barbosa, permitiu que Rodrigues Alves encontrasse um governo com as contas equilibradas e preparado para um ciclo de modernização, aspecto que o Barão soube aproveitar em favor da inserção internacional do país.

O contexto internacional da época de ascensão do Barão à chancelaria era de expansão do imperialismo. Os incidentes da ilha de Trindade com a Inglaterra e de Calçoene, no Amapá, com a França provavam que o Brasil não estava livre de ingerências imperialistas. O caso Panther com a Alemanha foi o estopim para que o Barão apoiasse definitivamente políticas que

assegurassem a soberania nacional. Nesse sentido, embora não tenha participado diretamente na elaboração do projeto, Rio Branco apoiou o programa de reaparelhamento naval da marinha brasileira, que se encontrava em clara inferioridade em relação até a países vizinhos, desde os incidentes da Revolta da Armada. A compra dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo, bem como a de outros navios de guerra, embora tenha gerado tensões com a Argentina, foi emblemática da defesa da soberania nacional.

Outro aspecto central na política externa de Rio Branco foi a resolução definitiva das questões de fronteira. Depois de se destacar como advogado brasileiro nos arbitramentos da questão de Palmas com a Argentina e na questão da fronteira norte com a Guiana Francesa, o Barão assume com o grande desafio de solucionar a questão do Acre. Em nova prova de intransigência soberana, ele envia tropas para a região, indeniza a companhia comercial que havia recebido do governo boliviano o direito de explorar a região e negocia a compra do Acre, então juridicamente pertencente a Bolívia (o que dificultaria o recurso à arbitragem), mas sob a ocupação de seringueiros brasileiros. Ademais, Paranhos negociou também com o Peru a definição da fronteira na região do Acre, bem como foi bem-sucedido em acertar, de acordo com a doutrina do uti possidetis facto, a fronteira com a Colômbia, país historicamente defensor dos tratados de Santo Ildefonso como princípio demarcador. Por fim, estabeleceu ele ainda a fronteira com o Uruguai na Lagoa Mirim, de modo a garantir o direito de navegação de Montevidéu nela.

A região sul-americana não importava apenas devido às questões de fronteira. A concepção de Rio Branco era a de que se deveria estabelecer no sub-continente uma soberania compartilhada que respeitasse o princípio da não intervenção, mas que também garantisse a estabilidade dos regimes de governo. O temor de Rio Branco era o de que a recorrência de revoluções destituindo governos estabelecidos servisse de pretexto para a atuação imperialista na região, o que colocaria, ultima ratio, a soberania do Brasil também em risco. Diante dessa perspectiva é que Paranhos Júnior aceita a proposta chilena, por ele aventada anteriormente, de estabelecimento de um Pacto entre Argentina, Brasil e Chile de cordial Inteligência. O acordo, contudo, é rechaçado pelo governo argentino, alegando que isso elevaria a desconfiança de países como o Peru.

Outra preocupação constante de Rio Branco era com a manutenção dos interesses da elite agroexportadora no contexto da ascensão dos Estados Unidos como ator protagônico. Rio Branco soube atender aos anseios da oligarquia cafeicultora ao manter a aliança com o maior mercado consumidor de café do Brasil. Contudo, esse alinhamento deixou de ser automático e passou a se embasar em diretrizes pragmáticas. O chanceler percebeu que os EUA se tornavam grande liderança global (como prova a mediação de Washington na questão de Agadir, no Marrocos, entre Alemanha

e França) e buscou servir de ponte de diálogo entre os EUA e os países latinos. Prova disso foi seu intento em sediar a Conferência Pan-americana e a Conferência científica americana. Apesar dessa política de aproximação com Washington, não era automático o alinhamento, como provam as divergências entre Brasil e EUA, na 2ª Conferência de Haia, em relação à igualdade soberana dos Estados.

Todas essas políticas do Barão tinham como fundamento a necessidade de recuperação do prestígio nacional do Brasil. Assim, conseguir o pedido de desculpas alemão no caso Panther, defender o reaparelhamento naval frente a desconfiança argentina, estabelecer o primeiro cardinalato da Igreja Católica na América do Sul no Rio de Janeiro, elevar o status da representação do Brasil nos EUA à nível de embaixada e outras medidas visavam a mostrar a importância do Brasil na cena internacional. Isso auxiliaria, ainda, na promoção da política imigratória, importante no contexto em que Brasil, Argentina e EUA buscavam atrair migrantes europeus e competiam por sua preferência.

A política externa do Barão de Rio Branco traçou novas diretrizes para a política externa do país, algumas delas ainda presentes no projeto de inserção internacional do Brasil. Não se pode negar que Paranhos Júnior teve a fortuna de chegar ao posto de chanceler em condições econômicas favoráveis à conformação de políticas como a do reaparelhamento naval e a da indenização rápida da companhia de comércio na Bolívia. Contudo, isso não minimiza as características de virtú que se observam nesse chanceler, que soube negociar questões lindeiras, soube realocar pragmaticamente os interesses brasileiros em relação aos EUA e teve a capacidade de constituir um sistema sub-regional que impediu a atuação imperialista na América do Sul.

Ernesto Batista Mané Júnior (27/30)

Os anos de Rio Branco na chancelaria coincidem com os “anos dourados” vividos pelo Brasil na virada do século XIX para o século XX e a primeira década do novo século. Esse período de prosperidade, nos âmbitos interno e externo, é tributário de reformas estruturais que foram feitas, sobretudo no âmbito econômico pelo governo de Campos Sales, após os anos entrópicos do imediato período após a proclamação da república e a política macroeconômica conhecida na historiografia por encilhamento. Após a estabilização política interna e a política econômica austera de Campos Sales, foi possível para os governos subsequentes empenharem-se em um projeto modernizador, do qual Rio Branco fez parte, tendo como principal marco, além das vitórias fronteiriças, o deslocamento do eixo da política externa brasileira de Londres para Washington.

Até a chegada de Prudente de Morais à presidência da República, o Brasil experimentou um período de grande instabilidade interna. O Estado brasileiro teve de lidar com a Revolta da Armada e a Insurreição Federalista no Rio Grande do Sul e arredores, de modo que observadores externos não viam com grande entusiasmo a virada republicana, a exemplo da Inglaterra. Do ponto de vista macroeconômico, a chegada de imigrantes europeus e a Abolição demandavam a emissão de meio circulante, o que gerou um debate entre papelistas e monetaristas. Rui Barbosa, defensor do emissionismo, será o arquiteto do que se chamou de encilhamento. O resultado dessa política foi a especulação e a desestruturação macroeconômica de um país que ainda estava acostumado com o padrão-ouro e contava com sistema bancário precário.

A chegada de Campos Sales à presidência marca um ponto de inflexão na política interna e externa. No plano interno, a aprovação do Funding Loan em 1898 garante um mínimo de consenso entre as oligarquias, o que permite a instalação e consolidação da “colmeia oligárquica”, mecanismo segundo o qual o presidente emulava uma espécie de poder moderador, já que os estados da federação tinham ampla liberdade de ação e lhe conferiam legitimidade em troca. As exigências feitas pelos credores brasileiros para o empréstimo de consolidação fez o governo adotar uma política de modernização das contas públicas, conferindo maior racionalidade na política de gastos públicos. O arrocho orçamentário e o aumento da tributação foram remédios amargos, mas que renderam dividendos na década seguinte.

Desde a I Conferência Panamericana de Washington, verifica-se um processo de reorientação da política externa brasileira no sentido do americanismo. Sinais dessas mudanças foram a própria troca de delegado com nova instrução para a condução da política brasileira na conferência, na pessoa de Salvador de Mendonça. O acordo Blaine-Mendonça e a arbitragem

favorável ao Brasil na questão de Palmas, onde o Barão do Rio Branco terá papel de destaque, mostram o sentido dessa mudança em direção a um maior alinhamento com os Estados Unidos, que, na época, já era nosso principal parceiro comercial. A consolidação da virada americanista da política externa brasileira ocorrerá sob os anos da chancelaria do Barão, pelas razões que se seguem.

Além da Questão de Palmas, o Barão do Rio Branco terá papel de destaque em outras questões lindeiras tais quais o contencioso com a França na região do Oiapoque e a questão do Acre; nesta última, o Barão atuando já como chanceler. Em relação à questão do Oiapoque, Rio Branco atuará como advogado do Brasil em oposição ao geógrafo francês, Paul Vidal de La Blache. O árbitro, presidente dos cantões suíços, decidirá a favor do Brasil, que defendia que o Rio Japoc ou Vincente Pinzón era, efetivamente, o Rio Oiapoque. Em relação ao Acre, problema bem mais complexo, o Barão do Rio Branco teve de agir com senso de oportunidade, com sensibilidade e com visão de estadista, já que não se tratava de uma mera demarcação de território e sim da ameaça da própria integridade territorial do país em uma região pouco habitada, de difícil acesso e alvo das cobiças imperiais.

A derrota do Brasil, representado por Joaquim Nabuco, na Questão do Pirara talvez tenha sido o elemento sistêmico que faltava para que o Brasil, pragmaticamente, optasse por aderir à doutrina Monroe. Considerando que o árbitro da questão, o rei Vitor Emanuel, aplicou um princípio – o da ocupação efetiva – utilizado para a partilha da África na Conferência de Berlim de 1885, no Brasil, não restava dúvidas que era melhor para o Brasil alinhar-se com os Estados Unidos em nome da garantia de sua integridade territorial como conhecemos hoje. Essa foi a leitura feita por Rio Branco à época, o que demonstra a visão de longo prazo desse estadista. Além disso, o caso Panther de 1905 será outro aspecto da realidade sistêmica que forçara o Barão a defender uma política de renovação naval.

Os anos entre 1905 e 1912 são ricos em elementos analíticos para a compreensão do agir externo do Brasil, sob a chancelaria do Barão, nos anos dourados. É nesse período, por exemplo, que o Brasil terá sua primeira embaixada em continente americado, nos Estados Unidos, sob a chefia de Nabuco. Esse gesto denota o deslocamento do eixo das prioridades do Brasil de Londres para Washington. No âmbito regional, o Brasil terá momentos de acirramento da rivalidade com a Argentina, bem como de maior aproximação. Vale mencionar que o Barão sempre prezou pela estabilidade regional e pela concórdia entre os vizinhos, sobretudo, para evitar chamar a atenção das potências imperiais expansionistas. O fato de o Brasil ter sediado a III Conferência Panamericana no Rio de Janeiro em 1906, contando com a presença de Elihu Root, numa cidade que acabara de passar por processo de modernização urbana com a construção de largos bulevares *à la* Haussmann,

foi, sem dúvida, um dos pontos altos da atuação do Barão e de seu embaixador em Washington.

É instrutivo tecer mais alguns comentários sobre as relações entre o Brasil e a Argentina no período, já que os dois países quase chegaram as vias de fato. O pomo da discórdia entre os dois países era justamente o projeto de renovação da frota naval brasileiro, sob a forma de aquisição de três encouraçados – dreadnoughts, o que colocaria o Brasil em situação de grande vantagem militar sobre a Argentina. Sob a presidência de Alcorta, o chanceler argentino Zeballos irá rivalizar com Rio Branco e quase será o responsável pela conflagração militar entre os dois países. O retorno de Saenz Peña ao poder em 1910 servirá para amainar os ânimos, já que este era um amigo do Brasil. De todo modo, em termos sistêmicos, a opção brasileira pelo alinhamento com os Estados Unidos suscitou desconfianças entre os argentinos.

Finalmente, a participação do Brasil na Conferência de Paz de Haia em 1907, sob a representação de Rui Barbosa, foi fundamental para a consolidação do princípio da igualdade soberana entre as nações, princípio defendido por Rio Branco, a contragosto de Nabuco.

Pode-se afirmar que, em síntese, o governo Campos Sales, através do Funding Loan, preparou o terreno para um decênio de estabilidade política no campo interno. A supremacia de Rio Branco à frente da chancelaria deixou marcas no agir externo brasileiro, cujos ecos são ouvidos por todos os interessados em política externa até os dias atuais.

Pedro Guerreiro Lopes Da Silveira (27/30)

Os anos entrópicos que caracterizaram a República de Espadas e o primeiro governo republicano civil, o de Prudente de Moraes, decorreram da eliminação abrupta do poder moderador de D. Pedro II. Um vácuo de legitimidade e uma profusão de propostas para o país determinaram um período de instabilidade política, econômico-financeira e social para o país. A institucionalização do regime sobre bases estáveis apenas se daria no governo do paulista Campos Sales, um oligarca da cafeicultura de São Paulo, ex-deputado durante o Império pelo PRP. A montagem de mecanismos estabilizadores que garantiram a coexistência de elementos de permanência do regime anterior e de aspectos modernizadores é a principal realização de Campos Sales. A estabilidade atingida seria fundamental para viabilizar a passagem de dez anos de Rio Branco na chancelaria brasileira, quando este pôde efetivar a transição de uma política americanista ideologizada para uma pragmática.

Um dos primeiros esforços empreendidos pelo governo de Campos Sales foi a estabilização econômica. A alta no custo de vida das grandes cidades, gerada pela política emissionista do Encilhamento, era um elemento de perturbação da ordem. O endividamento externo e as dificuldades no balanço de pagamentos fragilizavam o poder do Estado na promoção da estabilidade interna. Nesse sentido, o funding loan, grande plano de consolidação da dívida externa brasileira, visava a organizar as finanças públicas, reescalonando prazos de pagamento, o que oferecia alívio temporário às restrições orçamentárias e de divisas do país. Um plano de ajuste ortodoxo foi posto em prática, saneando a política monetária de acordo com o receituário liberal imperante na city londrina. O sucesso das medidas econômicas de Campos Sales garantiu a retomada da imagem de bom pagador do Brasil, que havia sido arranhada pelo descontrole monetário dos primeiros anos da República, em uma tentativa de fornecer a liquidez necessária a uma economia crescentemente integrada ao modo de produção capitalista. Após os excessos do Encilhamento, Campos Sales promoveu a integração da economia nacional ao capitalismo financeiro internacional, que se fortalecia na transição do século XIX para o XX.

Campos Sales também inauguraria a diplomacia presidencial brasileira, um evidente traço de modernização da política externa nacional. A aproximação do Brasil com a Argentina de Julio Argentino Roca, em seu segundo mandato, foi materializada por meio da troca de visitas presidenciais. As honras, os desfiles públicos e as solenidades presentes nas duas visitas antecipam, de certa forma, a diplomacia de prestígio que seria potencializada por Rio Branco. A compreensão da necessidade de concertar posições com a Argentina prenunciaria importante elemento da política externa executada por Rio Branco. O abandono da política intervencionista no Paraguai, no início de

sua chancelaria, em evidente tentativa de superar rivalidades com a Argentina pela hegemonia na nação mediterrânea, não deixou de aproveitar as bases de aproximação construídas pro Campos Sales. Seus esforços seriam reconhecidos, anos depois, quando foi nomeado plenipotenciário brasileiro em Buenos Aires. Portanto, o uso da influência do cargo presidencial para estimular a amizade e a cordialidade nas relações bilaterais foi um traço de modernidade incorporado pela gestão de Campos Sales de forma inédita na política externa brasileira até então.

A governabilidade política que Campos Sales conseguiu conquistar favoreceu um período de crescimento econômico, superação de tensões internas (Canudos, Revolta Federalista, Revolta da Armada marcaram os governos anteriores) e reorganização do Estado Nacional. Campos Sales representa a vitória do modelo federalista de República, em íntima associação com os interesses da cafeicultura paulista. As elites economia e política finalmente coincidiam-se no poder, o que possibilitou uma primeira modernização conservadora do país. É esse período de estabilidade desenhado no governo de Campos Sales o pano de fundo para a execução da paradigmática gestão de Rio Branco à frente da chancelaria brasileira. Sua longa permanência no cargo, além de justificar-se pela óbvia constatação de seus méritos e pela efetividade de seus métodos, também deve ser relacionada com o ambiente de estabilidade institucional consolidado por Sales.

A transcendência de Rio Branco e dos princípios de sua diplomacia são inegáveis. Ao revestir o caráter americanista da política externa brasileira de conteúdo pragmático, Paranhos instrumentalizou a aproximação com os EUA para a consecução do interesse nacional. O alinhamento aos EUA, além de não subordinado, revelava um correto diagnóstico das reações internacionais da época. A inevitável emergência dos EUA como potência mundial e o risco de as disputas imperialistas europeias transbordaram para a América do Sul tornavam os EUA um perfeito escudo contra eventuais pretensões das potências europeias com relação ao Brasil. A partilha da África, o incidente de Fashoda e a questão marroquina foram episódios imperialistas vivenciados por Rio Branco durante usa carreira consular na Europa. Rio Branco, entretanto, não considerava os EUA menos imperialistas do que a Europa, mas reconhecia a necessidade de o Brasil se proteger das ambições expansionistas do Velho Continente, por meio do concerto diplomático com os americanos. A elevação da legação brasileira em Washington, em 1905, reciprocada pelos EUA, é a materialização do advento do paradigma americanista pragmático nas relações exteriores brasileiras, o que viria a servir futuramente às negociações do Brasil em Versalhes, em 1919, por exemplo.

Além do abandono da política de intervenção no Prata, Rio Branco promoveria a estrita neutralidade brasileira nos assuntos internos de outras Repúblicas. Governos eleitos, mesmo que hostis ao Brasil, passariam a ser

tolerados. Para o Barão, a estabilidade dos vizinhos era mais importante do que o estímulo a grupos políticos pró-Brasil no Paraguai e no Uruguai. A desordem interna seria justificativa para a intervenção estrangeira na região. A melhor maneira de se afastarem as ameaças imperialista era a promoção da estabilidade institucional da região. Com relação às demais potências médias da região, Argentina e Chile, Rio Branco visará a institucionalizar um pacto para concertação política regional, de modo a diluir desconfianças e rivalidades. Ameaças pontuais ao seu maior objetivo, como a campanha de Zeballos para convencer o governo argentino de pretensas ameaças brasileiras, serão combatidas a todo o custo, como revelou o episódio do telegrama #9, após o qual Rio Branco autorizou a abertura do código criptográfico brasileiro, em nome da manutenção das boas relações com a Argentina.

A intensificação da uma diplomacia de prestígio, assentada sobre bases legalistas e principialistas, da prevalência da solução pacífica de controvérsias sobre o uso da força e o correto reconhecimento do cenário internacional para a determinação da inserção externa do país são legados da gestão de Rio Branco à frente da chancelaria brasileira. Ter atuado com base em princípios sólidos facilitou sua transcendência para períodos posteriores. Rubens Ricúpero aponta que o americanismo de Rio Branco tornou-se vítima de seu próprio êxito, entretanto. A obstinação por um concerto com os EUA tornaria míope a política externa brasileira. A subserviência de Lauro Muller, embora confrontada pela altivez de Domício da Gama, a busca desenfreada por prestígio que determinou a saída do Brasil da Liga das Nações em 1926 e o posicionamento subordinado de Mangabeira relacionam-se com a tentativa malograda de se reproduzir o padrão estabelecido por Paranhos.

Os ganhos conquistados por Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores do Brasil e a consagração dos princípios de sua política externa não deixam de ser tributários do contexto da modernização estabilizadora empreendida anteriormente por Campos Sales. Sem contar com finanças públicas reorganizadas e estabilidade interna, dificilmente Paranhos teria permanecido por dez anos na chancelaria. Sua política americanista também colaboraria com os interesses da elite conservadora do café paulista, havendo uma confluência entre a elite econômica, a política e a inserção internacional do Brasil.

PIOR NOTA (19/30)

Chamam-na hodiernamente de velha devido a uma construção historiográfica que salienta sua diferença com o Estado Novo, mas a Primeira República não era compreendida por seus idealizadores e líderes como tal. Mediante aprimorada inserção do Brasil no contexto das relações internacionais, em que sobressai a figura do barão do Rio Branco, e a própria reorganização política interna, faina em que se destaca Campos Sales, visava-se a modernização do país.

Em termos econômicos, o governo Campos Sales saneia as contas públicas brasileiras e moderniza o sistema econômico nacional. Depois do excesso de liquidez injetado na economia que causou o "encilhamento", ainda no governo Prudente de Morais é negociado o primeiro "Funding Loan" junto a credores ingleses, com a presença do presidente eleito, Campos Sales. Campos Sales levou a cabo as condições impostas pelos ingleses no sentido de reduzir a quantidade de moeda em circulação, de sanear as contas públicas. O furor de suas políticas monetária e fiscal extremamente contracionistas lhe garantiram os epítos de "campos secos" e "campos selos" junto a uma população, que, como salienta José Murilo de Carvalho, era dada ao tribofe.

Em termos políticos, o governo Campos Sales põe fim à instabilidade política, característica dos anos entrópicos da República, como salienta Renato Lessa. Mediante a "política dos governadores", a prática política é rotinizada e conforma-se sólida aliança entre os oligarcas regionais e o governo federal. Este garante a permanência no poder daquelas, que, em troca, lhe dão o apoio necessário no Parlamento. A modernização política implementada pelo governo Campos Sales permitiu o que a hodierna ciência política chama de governabilidade, garantindo assim maior possibilidade de reforço institucional do Estado brasileiro, facilmente evidenciado pela era Rio Branco no Itamaraty.

Escolhido por Rodrigues Alves para ser seu chanceler em 1902, o barão do Rio Branco permanece como chefe da diplomacia brasileira por um decênio, até sua morte em 1912. O barão do Rio Branco representa a projeção do Império na Primeira República. Se não bastasse seu título de barão, era filho de importante estadista do Segundo Reinado, e não hesitou em buscar elementos da antiga política imperial que poderiam ser úteis ao Brasil republicano em um contexto de ascensão dos Estados Unidos como potência e de recrudescimento do imperialismo europeu.

No relacionamento com os vizinhos, abandonou a ingênua política externa de matriz kantiana implementada nos albores da República por inteligente política de não-intervenção. Cedeu o condomínio da lagoa Mirim para garantir a simpatia do Uruguai, enquanto esse país se desentendia com a Argentina quanto aos seus limites no rio da Prata; mas recusou-se a intervir quando a revolução de 1904, com apoio argentino, derrubou governo simpático ao Brasil. Quando teve de agir energicamente, não hesitou em fazê-lo. Na

permuta desigual de territórios pelo Tratado de Petrópolis, deslocou tropas para a região, para assim criar um fato político, a partir do qual negociaria em uma posição mais vantajosa para o Brasil.

Ainda quanto a fronteiras, cumpre salientar a atuação de Rio Branco nas arbitragens com a Argentina e com a França. Totalmente vitorioso em ambas, o barão garantiu que as fronteiras com a Argentina fossem fixadas nos rios Santo Antônio e Peperiguaçu e não no Chapecó e no Chopim, ao sul, e que as fronteiras com a França fossem fixadas no Oiapoque e não no Araguari, ao norte. O Brasil não foi vitorioso na questão do Pirara com a Inglaterra, mas nessa causa foi Joaquim Nabuco o advogado brasileiro.

No contexto internacional mais amplo, foi preponderante a percepção e a utilização da ascensão dos Estados Unidos para combater e evitar o crescente imperialismo europeu. O barão do Rio Branco deu início, assim, a importante paradigma da política externa brasileira, identificado por Amado Cervo como “americanista”. A aproximação inicialmente comercial com os EUA, transbordou para outros setores e permitiu que Joaquim Nabuco se tornasse o primeiro embaixador brasileiro em Washington e a legação americana no Rio de Janeiro tivesse seu status elevado a embaixada. A “aliança não-escrita” era motivo de preocupação na vizinha Argentina, para a qual o barão propôs o Pacto ABC, recusado devido ao afloramento de força profunda da rivalidade bilateral, bem evidenciada pela atuação de Zeballos.

Campos Sales empenhou-se em modernizar o Brasil política e economicamente. Sua atuação permitiu a consolidação das instituições estatais republicanas, entre as quais o Itamaraty, que sob a batuta do barão do Rio Branco orquestrou uma renovada política externa republicana dotada de arranjos imperiais.

QUESTÃO 3

Disserte sobre a Missão Abbink.

Extensão máxima do texto: 60 linhas

[valor: 20 pontos]

Helena Hoppen Melchionna (16/20)

O governo Dutra inicia-se como um momento de grandes expectativas. O Brasil redemocratizava-se, superando a ditadura do Estado Novo, crescia e se industrializava, tendo acumulado divisas durante a Segunda Guerra Mundial, e tinha suposta "aliança especial" com a grande superpotência que emergia na ordem mundial do pós-guerra. Nesse contexto, a Missão Abbink poderia ser a correspondência das expectativas brasileiras, mas não o foi. Essa missão acabou desapontando os formuladores de política externa brasileira e pode ser incluída aos episódios que levaram o governo a redigir um "Memorando de Frustração" endereçado aos Estados Unidos.

Com base na crença da existência de uma "aliança especial" entre Brasil e EUA, o governo Dutra alinhou-se automaticamente à grande potência, sem obter as recompensas esperadas. Nessa lógica, o Brasil sediou a reunião que concebeu o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, apoiou a Carta de Bogotá, que criava a Organização dos Estados Americanos e acompanhou o voto norte-americano na ONU contra o ingresso da República Popular da China. Apesar de ter favorecido a consolidação da hegemonia norte-americana sobre a América Latina, o Brasil teve suas expectativas frustradas, pois não tinha mais o peso estratégico que tivera no âmbito da Segunda Guerra Mundial no novo cenário da Guerra Fria. Nesse novo contexto, a América Latina era vista como área de influência norte-americana, sem riscos de cair sob a esfera comunista, de forma que a atenção de Washington voltava-se ao Extremo Oriente e à necessidade de reconstrução da Europa. O Brasil, em segundo plano, não tinha como manter a "política de barganhas" empregada por Vargas, tendo de contentar-se com um alinhamento ideológico pautado no anticomunismo.

A Missão Abbink, embora apenas técnica, foi vista com grande expectativa pelo governo brasileiro, que pretendia utilizá-la para a promoção do desenvolvimento nacional. A missão tinha escopo reduzido, limitando-se a fazer análises técnicas acerca da situação interna do país, de forma a identificar possíveis gargalos da economia. Esses estudos, que eram entendidos como continuação dos esforços empreendidos pela Missão Cooke, negociada ainda no contexto da Segunda Guerra, permitiria ao governo brasileiro identificar áreas prioritárias de investimento. Esperava-se que, com

isso, o país fosse capaz de atrair investimentos privados, uma vez que os EUA não disponibilizariam recursos públicos. Esses investimentos, por sua vez, eram condição para que o Brasil desse continuidade ao processo de substituição de importações, mantendo os esforços de industrialização do país.

Não obstante, a Missão Abbink ficou muito aquém das expectativas brasileiras, tendo poucos, e breves, resultados práticos. Além de não se traduzir na atração de recursos, a missão também foi incompleta em seu diagnóstico da situação econômica brasileira, legando estatísticas pouco precisas. Um de seus poucos resultados foi a utilização de alguns dos dados levantados para a formulação do Plano Salte, o qual buscou canalizar os escassos recursos nacionais para setores considerados prioritários. Mesmo assim, a implementação desse plano foi limitada, não produzindo grandes transformações no sistema econômico brasileiro e sendo abandonado quando da recondução de Getúlio Vargas ao poder, em 1951. Dessa forma, a Missão Abbink desapontou o governo brasileiro e enfraqueceu o projeto liberal-conservador de desenvolvimento nacional, o qual defendia o "desenvolvimento associado" ao capital estrangeiro. Analogamente, reforçou a posição dos defensores do nacional-estatismo, que tinham certas reservas em relação ao capital estrangeiro e ao alinhamento automático com os EUA.

A Missão Abbink pode ser entendida, portanto, como parte do que Gerson Moura chamou de "alinhamento sem recompensas" do governo Dutra. Esse governo começou entusiasmado com a "aliança especial" e terminou com o amargor do Memorando de Frustração entregue à embaixada norte-americana. O lançamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, na transição para o Segundo Governo Vargas, renovaria as esperanças brasileiras na relação com os EUA, levando o Brasil à tentativa de "barganha nacionalista". Porém, novamente há frustrações, arrefecendo a "aliança especial".

Ana Maria Garrido Alvarim (16/20)

Com a Revolução de 1930, o desenvolvimento e a industrialização brasileiros tornam-se diretamente vinculados. Durante esse período, até a Missão Abbink, em 1948, o Brasil foi visitado por diversas missões financeiras estrangeiras, as quais tinham o intuito de verificar as condições reais da economia brasileira. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a crença em uma aliança especial com os Estados Unidos fará com que o governo de Eurico Gaspar Dutra procure o apoio americano para as estratégicas (sic) e para o financiamento da industrialização brasileira. A Missão Abbink insere-se nesse contexto.

O apoio brasileiro aos aliados durante a Segunda Guerra Mundial criou a expectativa de apoio americano para o desenvolvimento brasileiro. Entretanto, com o final da guerra e início da Guerra Fria, os Estados Unidos estavam mais preocupados com a expansão comunista na Europa, ensejando a elaboração do Plano Marshall. A diplomacia do presidente Dutra pautou-se pelo apoio a quase todas as iniciativas americanas, com a exceção do GATT, em que os países divergiram. A crença em uma aliança especial com os Estados Unidos levou Dutra a visitar esse país em 1949. Já nessa época, ficavam patentes as desilusões brasileiras com a “aliança especial”, manifestadas no Memorando das Frustrações, de Raul Fernandes.

A fim de atender aos anseios brasileiros por ajuda, e no contexto do Plano IV de Truman, foi estabelecida a Missão Bulhões-Abbink. Ela tinha como objetivo verificar a situação da economia brasileira, assim como as oportunidades de investimento. O governo brasileiro enfatizava o investimento estrangeiro público, do Eximbank, mas os americanos eram reticentes, preferindo apoiar os investimentos de empresas privadas norte-americanas. A Missão Abbink verificou os pontos de estrangulamento e de germinação da economia brasileira, emitindo relatórios com sugestões.

A Missão Abbink não resultou em financiamentos para a industrialização brasileira, mas foi importante, pois sugeriu a criação de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a qual terá início em 1951, no governo Vargas. A Comissão dará frutos e financiará projetos até 1953, quando será encerrada pelo presidente americano Eisenhower. Um dos grandes legados da Comissão foi a sugestão da criação de um banco de desenvolvimento brasileiro, que será criado no governo Vargas.

O governo Dutra teve grandes decepções com os Estados Unidos devido à crença irreal de aliança especial com aquele país. O contexto de Guerra Fria dificultará a relação entre os dois países, pois diminuirá o poder de barganha do Brasil. Os poucos resultados auferidos durante o governo Dutra,

como a Missão Abbink, não diminuirão a frustração da diplomacia brasileira. Entretanto, a missão foi fundamental ao reconhecer diversas potencialidades brasileiras, como a exploração de petróleo na plataforma continental e a do rodoviarismo. O estabelecimento da Comissão Mista, alguns anos depois, será a maior e mais importante consequência da Missão Abbink.

Dutra foi abertamente criticado por suas políticas comerciais e fiscais liberais no início de seu governo. A ilusão de divisas e a crença não fundamentada na entrada de maior volume de investimentos estrangeiros modificarão a estratégia econômica do governo, que se tornará mais protecionista com a escassez de divisas e o déficit comercial. O maior planejamento industrial dessa segunda fase e a pressão sobre os Estados Unidos, devido à crença em uma aliança especial, levarão à criação da Missão Abbink nos anos finais do governo Dutra. Apesar disso, ela terá como herança a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o Plano de Metas, o qual levará em conta as sugestões da Comissão Mista.

Victor Hugo Toniolo Silva (16/20)

A Missão Abbink correspondeu a uma iniciativa a fim de obter recursos para o financiamento do desenvolvimento do Brasil. Historicamente, os países da periferia do capital necessitam de recursos externos para sustentar seu desenvolvimento. Em contexto no qual não existiam instituições multilaterais de fomento — como FMI, Banco Mundial, BID — realizavam-se missões técnicas, que após análise das estruturas macroeconômicas dos países, sugeriam mudanças estruturais a fim de viabilizar empréstimos de instituições estrangeiras — especialmente da City londrina —, bem como identificavam possíveis pontos de estrangulamento nos quais os investimentos poderiam significar maiores resultados. As missões eram uma espécie de FMI "avant la lêttre", na medida em que elaboravam condicionalidades para os empréstimos. O Brasil recebeu diversas missões, dentre as quais podem ser destacas a Montagu, a Niemeyer e, de maneira especial, a Abbink.

Após o período da eqüidistância pragmática, o governo Vargas realizou a barganha nacionalista. Diversos insumos para o desenvolvimento foram obtidos, especialmente a construção da CSN e o reaparelhamento das Forças Armadas. A participação efetivas nos combates, malgrado a resistência aliada, e o envolvimento na construção da paz mundial, fizeram que as elites brasileiras considerassem que o Brasil era o aliado especial dos EUA na América Latina. Dessa realidade decorreria substancial fluxo de capitais que poderiam financiar o desenvolvimento do país, o que havia se tornado o principal objetivos das políticas interna e externa. Considerava-se, inclusive, que poderia haver algo como o Plano Marshall, que havia sido formulado para a Europa. O famoso "Ponto IV" do plano permitia realmente essa percepção. Criou-se, assim, o que a literatura econômica denominou "ilusão de divisas"; o Brasil adotou uma série de medidas, como o câmbio fixo, certo de que os capitais iriam começar a fluir para o grande amigo dos "yankees". Esse fato, no entanto, não ocorreu, e a frustração surgiu nas elites nacionais.

O governo Dutra manifestou sua insatisfação ao governo Truman, o qual, a fim de apaziguar os ânimos, enviou um grupo de técnicos ao Brasil, que constituíram a Missão Abbink. O objetivo era analisar a estrutura econômica do país, identificar os gargalos para o desenvolvimento e, por demanda brasileira, indicar as fontes de financiamento para o projeto. Na realidade, o governo brasileiro conhecia perfeitamente sua estrutura e seus gargalos, mas queria uma manifestação oficial sobre a necessidade de capitais norte-americanos. Parece ser que a ilusão não era só de divisas, pois dificilmente o Departamento de Estado permitiria uma manifestação do gênero. Após período de trabalho o relatório final da Missão Abbink fez uma série de observações e indicou que o desenvolvimento do Brasil deveria ser financiado por capitais privados. Tornava-se oficial que o Brasil não tinha aliança especial com os EUA, que a

América latina não era uma zona de prioridade e que não haveria fluxos financieros do governo americano para o Brasil. Diante desse quadro, o chaceler Raúl Fernandes enviou o “Memorando da Frustração” ao embaixador norte-americano, de modo a manifestar o profundo desapontamento do país latino-americano que mais havia apoiado os EUA na guerra.

Não se pode afirmar que a Missão Abbink foi inútil. A frustração, no segundo governo de Vargas, daria lugar à contestação junto a Washington. Como resultado, foi criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que se dedicou, com base no relatório Abbink, a elaborar os projetos de desenvolvimento a serem realizados com recursos do Eximbank. Uma parte dos recursos chegou ao Brasil, mas o governo Eisenhower suspendeu abruptamente a cooperação. O histórico originado a partir da Missão Abbink fez as elites brasileiras compreenderem que era preciso diversificar parcerias a fim de obter recursos para o desenvolvimento. Pode-se considerar esse, no longo prazo, o mais relevante fruto da Missão Abbink.

PIOR NOTA (12/20)

A Missão Abbink insere-se no contexto da busca de investimento público estadunidense para o desenvolvimento brasileiro durante o período democrático republicano (1946-1964). Trata-se de grupo de especialistas em economia, chefiados por John Abbink, que desembarcam no Brasil com o intuito de identificar os problemas e propor soluções para que se superassem os constrangimentos ao desenvolvimento brasileiro. É exemplo paradigmático da tentativa do governo nacional de buscar auxílio nos Estados Unidos, algo que o governo Vargas havia feito durante a Segunda Guerra Mundial, mas cuja repetição será obstaculizada por diferentes contextos internacionais.

Durante o período, havia um embate, conforme identifica Jorge Ferreira, entre dois projetos de desenvolvimento nacional: um mais identificado com as esquerdas, outro com as direitas. A Missão Abbink favorecia esse projeto mais caro às direitas, chamado de “entreguista” por muitos, mas de “cosmopolita” por Hélio Jaguaribe. Nos marcos desse projeto favorecido pela visão ideológico-econômica dos especialistas americanos da Missão Abbink o capital privado estrangeiro teria função preponderante na superação dos constrangimentos ao desenvolvimento nacional. A essa visão se contrapunha o pensamento nacional-desenvolvimentista que, cioso em garantir a autonomia econômica nacional, era favorável ao ingresso de financiamentos públicos estrangeiros, mas não à abertura total da economia brasileira ao exterior - até porque eram favoráveis à industrialização por substituição de importações.

A Missão Abbink será preponderante para a sobrevida do paradigma americanista, implementado pelo barão do Rio Branco nos albores do século XX e recuperado pelo governo Castelo Branco após o golpe de 1964. A Missão Abbink demonstra - ou tenta demonstrar - que o governo americano estava preocupado com o desenvolvimento brasileiro. Tal postura garante simpatia por uma parte da diplomacia nacional, ciosa em utilizar a política externa brasileira como instrumento para o desenvolvimento do país em moldes liberais. Os estudos realizados pela Missão Abbink tiveram poucos resultados concretos palpáveis além da conformação da Comissão Abbink, que resultou na criação do BNDE em 1952 e também em importante instrumento para o financiamento de obras públicas até hoje, o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Como se tentou demonstrar, a Missão Abbink é um marco na história da política externa brasileira, principalmente no que tange a sua abordagem ideológico-econômica liberal, consubstanciada no paradigma americanista. Trata-se de tentativa de replicar o auxílio econômico recebido pelo Brasil durante a Segunda Guerra, mas negado pelos Estados Unidos em um diferente contexto internacional.

QUESTÃO 4

Disserte a respeito da extensão do mar territorial para 200 milhas, explicitando a suas consequências e posteriores desdobramentos.

Extensão máxima do texto: 60 linhas

[valor: 20 pontos]

Helges Bandeira (15/20)

Em 1970, o governo Medici, nos marcos da Diplomacia do Interesse Nacional, amplia o mar territorial brasileiro para 200 milhas. Os protestos estadunidenses a essa medida somente farão aumentar a popularidade do regime, mediante instrumentalização do nacionalismo. A medida não foi original, na medida em que outros países latino-americanos já haviam feito o mesmo e acabou funcionando como elemento amalgamador, em meio a época de relações nem sempre amigáveis e cordiais entre os vizinhos.

Há muito o Brasil já vinha enfrentando problemas em relação ao resguardo de sua soberania em sua costa. O episódio que ficou conhecido como “Guerra das Lagostas” e levou, inclusive, ao deslocamento de navios de guerra franceses para o Atlântico Sul, acabou sendo resolvido no governo João Goulart, mediante inteligente argumentação jurídica pautada no conceito de plataforma continental submarina. A adoção do mar territorial de 200 milhas foi a maneira encontrada para resguardar os recursos naturais presentes na plataforma continental submarina brasileira, bem como na coluna de água superior a ela - recursos naturais esses que passaram a integrar conceito criado pela Marinha do Brasil, a “Amazônia Azul”.

Tradicionais potências marítimas protestaram contra a expansão do mar territorial brasileiro. A medida, adotada unilateralmente pelo governo Medici, implicava que navios pesqueiros estrangeiros teriam de pedir autorização para explorar recursos situados a menos de 200 milhas da linha base - geralmente estabelecida na baixa-mar. O mesmo ocorreria com eventuais pesquisas sobre o leito e os recursos marinhos do Atlântico Sul levadas a cabo por potências estrangeiras. Nesse sentido, a expansão do mar territorial coaduna-se com a maior preocupação com a própria segurança do Atlântico Sul, consubstanciada na teoria geopolítica de Golbery do Couto e Silva do “hemicírculo interior”.

A celeuma jurídico-diplomática quanto à extensão do mar territorial foi resolvida mediante a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em Montego Bay, na Jamaica, na década de 1980. Ao adotar, prontamente, a convenção oriunda dessa conferência, o mar territorial brasileiro voltou a ter 12 milhas marinhas, com zona contígua de 24 milhas (onde o Brasil pode exercer poder de polícia) e zona econômica exclusiva de 200 milhas (onde o Brasil tem exclusividade na exploração econômica). Abriu-

se ainda a possibilidade de extensão da plataforma continental para 350 milhas.

À guisa de conclusão, salienta-se que o Brasil já submeteu pleito para a extensão de sua plataforma continental junto à ONU. A diplomacia brasileira, munida dos estudos realizados pelo projeto LEPLAC, conseguiu a extensão de alguns trechos da plataforma junto à Comissão de Direito do Mar; o Brasil, porém, declarou unilateralmente a extensão de sua plataforma continental no que tange aos trechos não reconhecidos pela comissão, seguindo assim a mesma lógica que adotou a Rússia em relação ao mar Ártico.

Pedro Ivo Souto Dubra (15/20)

A extensão do mar territorial para duzentas milhas náuticas foi um evento relevante do governo Médici ocorrido em 1970. Apoiado por outras nações sul-americanas, esse ato unilateral de Estado costuma ser caracterizado como um dos pontos de atrito mais notáveis da relação entre Brasil e Estados Unidos no período. Considerações geopolíticas e econômicas orientaram o gesto de Médici. Analisar suas razões auxilia na compreensão de suas consequências e de seus desdobramentos.

Proponente da "diplomacia do interesse nacional", conceito lançado pelo chanceler Mário Gibson Barboza, o governo Médici ensaiou uma política de potência. Não houve abandono integral do terceiro-mundismo atribuído a Costa e Silva, mas uma nova modulação: chegara a hora de o Brasil realizar seu destino de grandeza, simbolizado, no mesmo ano, pela conquista da Copa do Mundo e, em 1972, pelo sesquicentenário da independência. O governo Médici ainda revelaria postura soberanista em outra seara, a ambiental, como mostra sua atuação na Conferência de Estocolmo (1972), ainda que uma secretaria de meio ambiente haja sido criada.

A faixa de mar territorial, essa "Amazônia Azul", para citar o conceito da geógrafa Bertha Becker, interessava estudiosos de geopolítica brasileiros desde os anos 1940, década em que se criou a Escola Superior de Guerra (ESG). Golbery do Couto e Silva criara uma teoria que apontava para o risco de contaminação comunista no eixo Dacar/Natal. Ainda que alijado do centro de poder no período, Golbery era um teórico respeitado pelos círculos militares. Um episódio de ameaça à soberania marítima ocorrera no princípio dos anos 1960, na costa pernambucana, a chamada Guerra da Lagosta, que tensionou as relações Brasil e França, como ensina Antônio Carlos Lessa. Em um tempo em que a segurança nacional era presença marcante nos artigos da Constituição, estender o mar territorial parecia uma política legítima de soberania sobre recursos naturais potenciais e sobre um território que deveria ser defendido, de acordo com a lógica da infiltração comunista, ainda presente, malgrado a détente entre Estados Unidos e União Soviética que se observava.

Os Estados Unidos protestaram contra a extensão unilateral do mar territorial brasileiro, tanto no plano bilateral quanto no multilateral. A situação arrastou-se durante o governo Geisel, período em que a relação permaneceria desgastada e em que o Brasil começava a apostar na prospecção petrolífera em águas profundas como forma de minorar sua dependência energética, em um quadro agravado pelo choque do petróleo de 1973.

Apenas com a Convenção de Montego Bay, que remonta a 1982, se deu um encaminhamento multilateral ao problema da extensão do mar territorial. De acordo com esse tratado, o mar territorial deve ter doze milhas náuticas,

havendo uma zona contígua equivalente e uma faixa denominada de Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que atinge duzentas milhas náuticas, podendo ser esta estendida até os limites da plataforma continental. É curioso que tal extensão de duzentas milhas náuticas da ZEE seja a mesma do mar territorial reivindicado por Médici. Sobre essa extensão, os Estados atualmente exercem direitos de exploração econômica, sem, porém, deter direitos exclusivos típicos da soberania integral almejada no princípio dos anos 1970.

A discussão sobre o mar territorial têm desdobramentos no presente. A descoberta de reservas de petróleo do pré-sal e sua exploração relançaram as luzes econômicas e geopolíticas sobre a "Amazônia Azul". A reativação da Quarta Frota norte-americana, que opera no Atlântico Sul, causou tensões. O relançamento da ZOPACAS, criada por resolução da Assembleia Geral da ONU em 1986, pode ser considerado uma resposta às tentações da militarização. Ademais, o Brasil empenha-se em realizar o levantamento de sua plataforma continental e em prestar cooperação técnica a países como Angola no mesmo sentido. Nada mais distante do eixo de infiltração comunista de Golbery do que tais iniciativas que estreitam os laços solidários entre os países do Sul.

Política soberanista de Médici, a extensão do mar territorial para duzentas milhas náuticas foi ato unilateral que tensionou as relações com os Estados Unidos. Um regime multilateral benéfico disciplinou a territorialidade marítima, trazendo estabilidade. A questão marítima brasileira, contudo, permanece relevante dadas as perspectivas do pré-sal.

Júlia Vita De Almeida (14/20)

A extensão do mar territorial para 200 milhas, feita por ato unilateral do Brasil, consistiu no exercício de postura autônoma e pragmática durante o governo Médici (1969-1974) e trouxe conseqüências importantes nas relações com países do norte. Os posteriores desdobramentos dessa questão já podem ser identificados durante o governo de seu sucessor, quando o mundo passou por duas crises do petróleo.

O governo Médici teve como característica, no plano externo, a retomada de alguns princípios da Política Externa Independente, em continuidade ao governo Costa e Silva, imediatamente anterior. Dentre esses princípios, destaca-se o afastamento do conflito leste-oeste, o que permitia uma abordagem mais pragmática e autônoma dos assuntos externos. Além disso, a diplomacia de Mário Gibson Barbosa refletiu, de maneira fidedigna, o que acontecia no Brasil internamente. Os anos do governo Médici ficaram, afinal, conhecidos como "Milagre Econômico", pois o I Plano Nacional de Desenvolvimento permitiu que o país crescesse a altas taxas sem, no entanto, descontrolar a inflação. A busca de novos mercados e investimentos externos, parte essencial desse projeto de desenvolvimento, coube à política externa, o que explica os esforços da diplomacia pátria em diversificar as parcerias do Brasil nesse momento. No entanto, é a noção de "Brasil-potência", reflexo direto da política econômica interna na política externa, é que explica, em grande parte, o ato unilateral de extensão do mar territorial para 200 milhas.

O crescimento notável da economia não apenas contribuiu para legitimar um regime repressivo no plano nacional, como deu fundamento para uma postura mais afirmativa e incisiva no plano internacional. Ciente de que vários governos estrangeiros, durante aquele período, estavam se mobilizando para expandir o mar territorial de seu país, Médici optou por fazer o mesmo e garantir ao Brasil o domínio sobre recursos estratégicos de sua costa. Esse ato de soberania, tomado em momento em que não havia uma regulação sólida dos mares no âmbito internacional, condiz com a visão que o Brasil tinha de sua posição relativa no concerto das nações.

Embora tivessem sido estabelecidas boas relações com países do norte durante a chancelaria de Gibson Barbosa, essa atitude do Brasil provocou tensões substanciais com os EUA, mas, principalmente, com a França. Essas foram as conseqüências conjunturais da extensão do mar territorial. Convém mencionar, a título de exemplo, o contencioso entre Brasil e França decorrente dessa medida no âmbito da ONU – a chamada "guerra da lagosta". A recusa do Brasil em permitir a continuidade das atividades pesqueiras francesas em seu mar territorial estremeceu as relações entre os dois países durante o governo Médici.

Posteriores desdobramentos dessa questão podem ser identificados já durante o governo Geisel (1974-1979), por conta, principalmente, da Primeira Crise do Petróleo, que pôs em cheque a continuidade do sucesso econômico

obtido por seu antecessor. A decisão de Geisel por uma “marcha forçada para o crescimento” esteve na base da formulação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que, por sua vez, priorizou a expansão da fronteira energética brasileira, tanto por matrizes não renováveis como renováveis. O impacto, portanto, da medida de extensão do mar territorial tomada por Médici foi, aqui, extremamente positivo, pois assegurou a soberania brasileira sobre os novos recursos petrolíferos que vinha descobrindo em sua bacia marítima. Exemplo notável disso é o início da prospecção na Bacia de Campos.

A questão dos mares foi, definitivamente, regulada pelo Direito Internacional nos anos 1980, com a assinatura da Convenção de Montego Bay. O Brasil, assim como a maioria de seus parceiros, aceitou vincular-se ao regime internacional, de modo que as 200 milhas de mar territorial transformaram-se em zona econômica exclusiva.

PIOR NOTA (6/20)

A extensão do mar territorial para 200 milhas por meio de decreto do governo Médici, em 1970, foi decisão tomada com fundamentação estratégica e implicações diversas para a política eterna brasileira, na medida em que o ato motivou tensões com potencias estrangeiras, especialmente os EUA. Sob a presidência de Ernesto Geisel, a Petrobrás buscava ampliar a produção de petróleo e reduzir a dependência externa (em torno de 85% do consumo nacional provinha de importações), razão pela qual a prospecção em águas profundas, ainda em fase inicial de desenvolvimento, exigia a garantia da soberania sobre possíveis bacias no leito do mar territorial brasileiro. Com o propósito de assegurar o êxito da estratégia geopolítica, elaborada pela intelligentsia situada no Itamaraty e na Escola Superior de Guerra (ESG), a chancelaria de Mário Gibson Barbosa enfrentou a resistência internacional, que pressionou o país em foros multilaterais ao longo de toda a década, até que a solução política e jurídica para a questão fosse decidida em bases definitivas, em Montegobay (1982), de modo que os interesses nacionais fossem assegurados contra possíveis violações à soberania.

No início da década de 1970, a dependência energética brasileira era vista como problema crítico, antes mesmo do choque do petróleo acarretado pela Guerra do Yom Kippur, em 1973. O início da prospecção em águas profundas pela Petrobrás evidencia a necessidade de assegurar a soberania sobre reservas localizadas além da faixa de 12 milhas náuticas de mar territorial, então assegurada pelo direito internacional. A repercussão imediata da decisão do governo brasileiro foi a condenação internacional do ato unilateral, principalmente por parte do governo Nixon, que receava o descontrole mundial sobre sensível tema geopolítico.

A decisão corajosa de Médici demandou intenso esforço diplomático com vistas a obter a aceitação internacional do ato. Na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, organizada pelas Nações Unidas em 1972, os representantes brasileiros lograram importante vitória ao conseguir a transferência das discussões do tema para a Conferência sobre Direito do Mar, em 1974. Na ocasião, a diplomacia brasileira obteve o apoio de países africanos e latino-americanos, com vistas à elaboração de um regime internacional para o tema.

As crises do petróleo de 1973 e 1979 conferiram maior legitimidade estratégica à decisão tomada em 1970, corroborando com a necessidade de equacionar os direitos soberanos de um país sobre a exploração econômica dos recursos naturais localizados na plataforma continental, a qual deveria ser interpretada como extensão do território nacional. Vale ressaltar que, em 1973, concomitantemente à assinatura do Tratado de Itaipu, o governo brasileiro

também encetou negociações com o Uruguai a respeito da exploração de petróleo em sua costa, o que suscitou a desconfiança do governo argentino.

A busca de apoio internacional para o pleito brasileiro foi facilitada, na década de 1970, pelo que José Flávio Sombra Saraiva chama de retomada da política africanista brasileira. O estreitamento dos vínculos diplomáticos com o continente, reforçados na gestão de Mário Gibson Barboza, é estratégia aprofundada no governo Geisel, que rompe com a ambiguidade do apoio à descolonização, fato evidenciado, por exemplo, pelo reconhecimento do governo comunista em Angola e pela condenação ao Apartheid na Assembleia Geral da ONU em 1975. A aproximação com o continente também estava subordinada à lógica de fortalecimento dos pleitos brasileiros, como a defesa do desenvolvimento e, a partir de então, da soberania sobre a plataforma continental, fato possibilitado pela convergência de interesses e características geográficas semelhantes com países africanos.

A extensão do mar territorial brasileiro para 200 milhas constituiu decisão estratégica, cujos resultados ainda se verificam na atualidade, a exemplo da exploração de petróleo no pré-sal, de minerais e da biodiversidade da chamada “Amazônia Azul”. O ato envolveu a chancelaria em batalhas diplomáticas que resultaram no reconhecimento do pleito brasileiro, ainda que em termos um pouco diferentes (as 200 milhas constituem, atualmente, Zona Econômica Exclusiva), na Conferência de Montegobay, além de impulsionar a diversificação de parcerias por meio da busca de faixas de convergência de interesses.